NEODESENVOLVIMENTISMO
quinze anos de gestação

José Eli da Veiga

Resumo: Depois de revisar os significados das expressões "desenvolvimento humano", "desenvolvimento sustentável" e "pós-desenvolvimento", este artigo se apóia em algumas idéias de Celso Furtado para explicitar o contraste já existente entre o que poderá ser o "neodesenvolvimentismo" e aquilo que está sendo chamado no Brasil de "novo-desenvolvimentismo".

Palavras-chave: Desenvolvimento. Pós-desenvolvimento. Neodesenvolvimento.

Abstract: After reviewing the meaning of the expressions "human development", "sustainable development", and "post-development", this article borrows from the ideas of Celso Furtado in order to explain the contrasts that already exist between what might come to be called as "neodevelopment" and what, in Brazil, is being referred to as "novo-desenvolvimentismo".

Key words: Development. Post-development. Neodevelopment.

Pode-se dizer que a gestação do neodesenvolvimentismo já dura quinze anos, porque foi exatamente no início da última década do século passado que ocorreram simultaneamente três dos principais choques cognitivos formadores de seu embrião. Em 1990, foi lançado o primeiro relatório anual do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, que legitimou o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Praticamente um ano depois, houve a mais completa consagração da incômoda – e, de algum modo, concorrente – noção de "desenvolvimento sustentável" na conferência da Organização das Nações Unidas – ONU que ficou conhecida como "Rio-92".

Foi entre esses dois eventos que surgiu a corrente "pós-desenvolvimento",[1] que não deve continuar ignorada por aqui só porque contaria com poucos adeptos no contexto latino-americano. Exatamente o contrário está ocorrendo em outras partes do mundo, como indica a expansão da Rede de Objeção ao Crescimento para o Pós-Desenvolvimento – ROCADe.[2] Além de romper com a redução conceitual do desenvolvimento ao crescimento econômico e de incorporar a ecossistêmica, o neodesenvolvimentismo só nascerá se superar, no sentido hegeliano, o chamado pós-desenvolvimento.

Por isso, este artigo se concentra numa apresentação crítica das idéias dessa corrente, após brevíssima menção aos bem mais conhecidos bordões do "desenvolvimento humano" e do "desenvolvimento sustentável". No final, ele se apóia em algumas idéias de Celso Furtado, que certamente será um dos principais patronos de um possível neodesenvolvimentismo, para mostrar o contraste com o que está sendo chamado no Brasil de "novo-desenvolvimentismo".

DESENVOLVIMENTO: HUMANO E SUSTENTÁVEL

O tratamento dado à idéia de desenvolvimento na passagem para o século XXI pelo Prêmio Nobel de Economia de 1998 Amartya Sen foi um aperfeiçoamento da contribuição oferecida no final dos anos 1980 ao PNUD, como um dos dez consultores internacionais convocados pelo paquistanês Mahbub ul Haq. Depois de ter trabalhado por muitos anos no Banco Mundial, Mahbub formara a convicção de que uma das piores pragas contra o desenvolvimento era a falta de uma alternativa à renda *per capita*, sempre que a questão fosse a de avaliá-lo ou medi-lo. Como arquiteto do *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano*, publicado anualmente pelo PNUD desde 1990, seu maior desejo foi o de criar um indicador sintético capaz de fornecer a seus usuários uma espécie de hodômetro do desenvolvimento. [3]

Nem seria necessário conhecer profundamente a obra de Amartya Sen para prever que ele se oporia a esse tipo de ambição. Se, ao final das contas, desenvolvimento é expansão das liberdades substantivas, como imaginar a possibilidade de captar tal fenômeno mediante um indicador sintético? E não deu outra.

O indiano manifestou ao querido colega e amigo paquistanês seu profundo ceticismo com respeito à idéia de que algum índice pudesse sintetizar a realidade complexa do processo de desenvolvimento.

Um breve relato desse diálogo foi feito pelo próprio Amartya Sen em contribuição especial ao *Relatório* de 1999. Mahbub concordava com a precariedade inevitável de qualquer indicador sintético do desenvolvimento, mas insistia que a tirania da renda *per capita* nunca seria colocada em xeque por um *kit* de tabelas, por melhores que elas pudessem ser. Os leitores talvez até as admirassem, mas assim que precisassem de uma medida sintética, voltariam à renda *per capita* em razão de sua simplicidade e comodidade.

Sen recorda que, enquanto ouvia os argumentos de Mahbub, pensava num poema de T.S. Eliot sobre a incapacidade do gênero humano de agüentar a realidade em demasia... "Nós precisamos de uma medida, dizia Mahbub, tão simples quanto o PIB – uma única cifra – mas que não seja tão cega em relação aos aspectos sociais da vida humana". Ele esperava que um índice desse tipo, além de complementar o uso do Produto Interno Bruto – PIB, suscitaria mais interesse pelas demais variáveis que seriam apresentadas nas longas tabelas do *Relatório*.

Na citada contribuição especial, Sen dá sua mão à palmatória. "Devo admitir que Mahbub tinha inteira razão nesse aspecto, e me felicito pelo fato de não termos tentado impedi-lo de procurar uma medida sumária." Ou seja, o emprego mais razoável do poder de atração do IDH é aquele que estimula seus usuários a consultarem também o amplo sortimento de tabelas estatísticas e análises críticas detalhadas fornecidas anualmente pelos relatórios.

Na concepção de Sen e de Mahbub, só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser ou fazer na vida. As mais elementares destas são quatro: ter uma vida longa e saudável; ser instruído; ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno; e ser capaz de participar da vida da comunidade. Na ausência destas quatro, estarão indisponíveis todas as outras possíveis escolhas.

Muitas oportunidades na vida permanecerão inacessíveis. Além disso, há um pré-requisito fundamental que precisa ser explicitado: as pessoas têm que ser livres para que suas escolhas possam ser exercidas, para que garantam seus direitos e se envolvam nas decisões que afetarão suas vidas.

As pessoas são as verdadeiras riquezas das nações, diz o *Relatório* de 2004. Na verdade, o objetivo básico do desenvolvimento é alargar as liberdades humanas. O processo de desenvolvimento pode ampliar as capacidades humanas, expandindo as escolhas que as pessoas têm para ter vidas plenas e criativas. Estas pessoas são tanto beneficiárias desse desenvolvimento como agentes do progresso e da mudança que provocam. Tal processo deve beneficiar todos os indivíduos eqüitativamente e basear-se na participação de cada um deles. Esta é a abordagem do desenvolvimento que tem sido defendida por todos os *Relatórios do Desenvolvimento Humano*, desde o primeiro, em 1990.

Ponto de Partida

É potencialmente infinita a gama de capacidades que os indivíduos podem ter e as escolhas que podem ajudar a expandir essas capacidades, embora varie muito conforme a pessoa. Mas como as políticas públicas precisam fixar prioridades, são dois os critérios úteis na identificação das capacidades mais importantes para avaliar o progresso mundial na realização do bem-estar humano, objetivo dos *Relatórios*. Em primeiro lugar, essas capacidades devem ser universalmente valorizadas. Em segundo, devem ser básicas para a vida, no sentido de que sua ausência impediria muitas outras escolhas. Por essas razões, os *Relatórios* incidem nas quatro capacidades mencionadas acima: vida longa e saudável, conhecimento, acesso aos recursos necessários para um padrão de vida digno e participação na vida da comunidade.

O desenvolvimento depende da maneira como os recursos gerados pelo crescimento econômico são utilizados – se para fabricar armas ou para produzir alimentos, se para construir palácios ou para disponibilizar água potável. Resultados humanos, como participação democrática na tomada de decisão ou igualdade de direitos para homens e mulheres, não dependem dos rendimentos. Por essas razões, os *Relatórios* apresentam um conjunto extensivo de indicadores (33 quadros e quase 200 indicadores) sobre importantes resultados conseguidos em países de todo o mundo, como a esperança de vida ao nascer, as taxas de mortalidade de menores de cinco anos (que refletem a capacidade de sobreviver) e as taxas de alfabetização (que refletem a capacidade de aprender). Também incluem importantes indicadores sobre a possibilidade de realizar essas capacidades, como o acesso à água potável, e sobre a eqüidade na realização, como os hiatos entre homens e mulheres na escolarização ou na participação política.

É verdade que este rico conjunto de indicadores fornece medidas para avaliar o desenvolvimento em suas muitas dimensões. Mas não é menos verdade que as decisões políticas muitas vezes demandam uma medida sumária que incida mais claramente no bem-estar humano do que no rendimento. Para esse fim, os *Relatórios* publicam o IDH, que vem sendo completado por índices que observam especificamente o gênero (índice de desenvolvimento ajustado ao gênero e medida de participação segundo o gênero) e a pobreza (índice de pobreza humana). Tais índices dão uma perspectiva de algumas dimensões básicas do desenvolvimento, mas devem ser completados pela análise dos dados e de outros indicadores que lhes são subjacentes.

É preciso enfatizar, todavia, que o PNUD entende o IDH como ponto de partida. Recorda que o processo de desenvolvimento é muito mais amplo e complexo do que qualquer medida sumária conseguiria captar, mesmo quando completada com outros índices. Ou seja, o IDH não é uma medida compreensiva, pois não inclui, por exemplo, a capacidade de participar nas decisões que afetam a vida das pessoas e de gozar o respeito dos outros na comunidade. Afinal, uma pessoa pode ser rica, saudável e muito instruída, mas, sem essa capacidade, o desenvolvimento é retardado.

A omissão dessa dimensão cívica tem sido realçada desde os primeiros *Relatórios*. Em 1991, levou o PNUD a criar um índice da liberdade humana, e, em 1992, um índice da liberdade política. Nenhuma dessas medidas sobreviveu ao seu primeiro ano, o que testemunha a dificuldade de quantificar adequadamente aspectos tão complexos do desenvolvimento. A saída foi tratar extensivamente desses temas, mas de forma mais qualitativa. Em 2002, foi a vez da democracia, por exemplo, e, em 2004, o *Relatório* foi dedicado ao tema da liberdade cultural.

De qualquer forma, é importante assinalar que o IDH permite ilustrar com clareza a diferença entre rendimento e bem-estar. A Bolívia, com PIB *per capita* muito inferior ao da Guatemala, atingiu IDH mais alto porque fez mais para traduzir esse rendimento em desenvolvimento. A Tanzânia, um dos países mais pobres do mundo, tem IDH comparável ao da Guiné, um país quase quatro vezes mais rico. Pelo contrário, países com o mesmo nível de rendimento têm grandes diferenças de IDH. O Vietnã tem praticamente o mesmo rendimento do Paquistão, mas IDH muito mais alto, devido à maior esperança de vida e alfabetização. O Sri Lanka ocupa, no IDH, a

posição 96 dentre 177 países, muito mais alta que sua posição no PIB.

O principal defeito do IDH é que ele resulta da média aritmética dos três índices mais específicos que captam longevidade, escolaridade e renda. Mesmo que se considere inevitável a ausência de outras dimensões do desenvolvimento, para as quais ainda não há disponibilidade de indicadores tão cômodos como a ambiental, a cívica ou a cultural, é duvidoso que seja essa média aritmética a que melhor revele o grau de desenvolvimento atingido por uma determinada coletividade. Ao contrário, é mais razoável supor que o cerne da questão esteja justamente no possível descompasso entre o nível de renda obtido por determinada comunidade e o padrão social que conseguiu atingir, mesmo que revelado apenas pela escolaridade e longevidade.

Sustentabilidade

Será verdade que o desenvolvimento pode ser ambientalmente sustentável? Duas constatações lastreiam essa dúvida. Por um lado, as inúmeras sociedades, que há milhares de anos operam de modo mais ou menos sustentável, não fazem parte do restrito clube das nações hoje consideradas desenvolvidas, nem da periferia "em desenvolvimento". Por outro, são por demais complexos os obstáculos para que sejam sustentáveis muitos dos estilos de acelerado crescimento atingido nos dois últimos séculos. É, pois, forçoso constatar que ainda não surgiu resposta científica para essa pergunta. Não há evidências definitivas que autorizem seguro otimismo ou ceticismo.

Até o final dos anos 1970, a sustentabilidade foi um conceito circunscrito à biologia populacional – usado, principalmente, em pesquisas sobre manejo da pesca e de florestas. Já se demonstrou, por exemplo, que uma gestão inteligente das atividades pesqueiras permitiria que a humanidade tirasse muito mais peixe dos oceanos sem provocar corrosão de seus estoques. No entanto, com a manutenção das recorrentes práticas predatórias atuais, é certo de que essa fonte de proteína estará em breve comprometida. Tragédia, pois o pescado fornece hoje 40% de todas as proteínas (vegetais e animais) consumidas dos países do Sul, além de ser o maior manancial proteico de mais de 1 bilhão de asiáticos.

Pode ser fácil explicar e entender o sentido da palavra sustentabilidade quando aplicada ao manejo da pesca, mas isso deixou de ser verdade desde que foi transferida, por analogia, para o processo de desenvolvimento como um todo. A novíssima expressão "desenvolvimento sustentável" foi publicamente empregada pela primeira vez em agosto de 1979, no Simpósio das Nações Unidas sobre as Inter-relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento. Então, começou a se legitimar como o maior desafio deste século quando Gro Harlem Brundtland, a presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a caracterizou como "conceito político" perante Assembléia Geral da ONU de 1987 (BRUNDTLAND, 1987).

A lembrança dessa gênese só pode exigir outra pergunta: o que fez com que um restrito conceito da biologia populacional, que permanecia ignorado pela maioria dos mortais até o início da década de 1990, passasse rapidamente a ser usado com tanta desenvoltura para qualificar o desenvolvimento? Qualquer resposta que se encontre para esta indagação evidenciará a existência de sólida base material para tão brusca inovação retórica. Há pelo menos uma dúzia de problemas ambientais suficientemente sérios para que não possa ser descartado cenário de colapsos semelhantes aos da civilização maia. Não adiantará encontrar solução para alguns desses problemas sem que se consiga resolver os outros. Mesmo que se reduza a velocidade do aquecimento global, sem enfrentar a questão da água, esta sozinha poderá destruir sociedades contemporâneas.

Diversos motivos induziram grandes sociedades a fazer opções desastrosas, como explicou Jared Diamond, premiado biogeógrafo evolucionista da Universidade da Califórnia (DIAMOND, 2005). Algumas foram incapazes de antecipar um problema grave, por não conservarem a memória de calamidades anteriores ou por terem feito falsas analogias com situações conhecidas. Outras não se deram conta de que o problema já se manifestava, seja pela insuficiência do conhecimento científico, por absenteísmo das elites que poderiam tomar as boas decisões, ou

porque o problema se manifestou como uma lenta tendência marcada por desconcertantes flutuações. Todavia, também houve muitos casos em que a opção pelo desastre decorreu do comportamento racional das elites no poder, cujos interesses se chocavam aos do restante da sociedade. É claro que também houve ocorrência de comportamento irracional, principalmente por motivações religiosas. Finalmente, em situações bem mais raras, sociedades puderam identificar o problema, entendê-lo e tentar resolvê-lo – mas, infelizmente, ele estava acima de sua capacidade de combate.

O PÓS-DESENVOLVIMENTO

Há sete autores que devem ser destacados como os principais expoentes intelectuais dessa corrente.

Em primeiro lugar, o diplomata iraniano Majid Rahnema, que editou a mais completa coletânea sobre o tema, em co-autoria com uma economista australiana menos conhecida (RAHNEMA; BAWTREE, 1997).

Em segundo, tanto o professor suíço Gilbert Rist, autor de uma das melhores histórias da idéia de desenvolvimento (RIST, 1997), como o economista e jornalista mexicano Gustavo Esteva, que cinco anos antes havia editado, com Rahnema e Rist, a primeira plataforma da futura rede (RIST; RAHNEMA; ESTEVA, 1992).

Finalmente, pelo menos outros quatro, com vasta produção, além de constante presença na mídia: o ambientalista alemão Wolfgang Sachs, o economista francês Serge Latouche, o antropólogo colombiano Arturo Escobar e a ativista internacional Susan George.[4]

No entanto, bem mais importante talvez seja a herança intelectual reivindicada pela corrente. Ela vai de Mahatma Gandhi a Václav Havel, passando por E. F. Schumacher, François Partant, Frantz Fanon, Gordian Troeller, Hannah Arendt, Henry D. Thoreau, Ivan Illich, Josué de Castro, Karl Polanyi, Marcel Mauss, Marshall Sahlins, Martin Luther King, Michel Foucault, Nicholas Georgescu-Roegen, Paulo Freire, Pierre Clastres e Teodor Shanin. Também são considerados como precursores ou inspiradores: Aimé Cesaire, Augusto Boal, Bernard Charbonneau, Chefe Seattle, Eduardo Galeano, Ignacio Ramonet, Jacques Ellul, James Petras, Jaya Prakash Narayan, Joseph Kizerbo, Louis Dumont, Marshall Berman, e Vandana Shiva.[5] Um leque tão vasto e heterogêneo, que dificulta bastante a tarefa de sintetizar as idéias em que se baseia o pós-desenvolvimento.

FUNDAMENTOS

O ideário do pós-desenvolvimento poderia ser apresentado em cinco dimensões:

- valorização das sociedades que não se desenvolveram;
- desvalorização da idéia de progresso;
- crítica dos principais vetores do desenvolvimento (economia, Estado-nação, educação, ciência, colonização mental, pensamento único, meios de comunicação e organizações internacionais);
- crítica das práticas desenvolvimentistas;
- elogio dos modos de resistência dos perdedores que estão abrindo o caminho para a era do "pós-desenvolvimento". Todavia, desde o início, seus verdadeiros fundamentos parecem se concentrar nos dois primeiros tópicos, abordados a seguir, os quais ficaram bem mais explícitos no *Manifesto* da rede ROCADe do que estavam na coletânea de Rahnema.

Valorização das sociedades que não se desenvolveram

Valorizar as sociedades em pré-desenvolvimento, freqüentemente chamadas de primitivas, pobres, subdesenvolvidas, etc., constitui a primeira linha de argumentação. Como não poderia deixar de ser, é Marshall Sahlins quem fornece os alicerces. Como enfatiza, há 40 anos foi oficialmente reconhecida pelos antropólogos a possibilidade de que simples bandos de caçadores/coletores possam desfrutar de ótimas vidas. O primeiro capítulo de um livro que se tornou célebre – *Stone Age Economics*, publicado em 1972 – expandiu as idéias apresentadas no simpósio *Man the Hunter*, realizado em Chicago em 1965.

Todavia, parece bastante abusivo concluir que "a evolução tenha despencado em termos de bem estar humano", como fazem os organizadores da coletâ-

nea, na apresentação do texto de Sahlins *The affluent society*.[6] Na verdade, o que Sahlins realmente contesta é o entendimento mais comum da pobreza. Diz-se que, todas as noites, entre um terço e metade da humanidade costuma ir para a cama com fome. Com certeza, na Idade da Pedra essa fração era bem menor. Então, a fome aumenta em termos relativos e absolutos com a evolução da cultura. Esse "paradoxo" constitui seu principal argumento. Mas ele nada diz sobre os níveis de mortalidade e de expectativa de vida nas sociedades de caçadores.

Mas o pior mesmo é o uso que fazem da palavra "evolução" para se referir à mudança cultural. Existem, de fato, tantas semelhanças entre a evolução biológica e a cultural que alguns cientistas chegam a se perguntar se alguns dos mesmos princípios não estariam funcionando em ambas. No entanto, são muito mais importantes as vias pelas quais as culturas não "evoluem". A rigor, é lamentável que se empregue um mesmo termo – evolução – para a história natural e para a história das sociedades humanas (ou história cultural). Isso mais confunde do que esclarece.

É claro que muitos aspectos dos dois fenômenos são semelhantes. O problema é que as diferenças sobrepujam em muito as similaridades. Infelizmente, quando se fala de "evolução cultural", é inevitável que inconscientemente se dê a entender que esse processo tem semelhança básica com o fenômeno mais amplamente descrito pelo mesmo nome: a mudança natural, ou darwiniana. A designação comum de "evolução" conduz a um dos mais sérios erros de análise da história humana: o pressuposto reducionista de que o paradigma da revolução científica realizada por Charles Darwin (1809-1882) também sirva para entender a história das sociedades humanas. É exatamente o inverso do que pensa Sahlins.

A mais óbvia diferença entre a evolução darwiniana e a mudança cultural reside na enorme capacidade que tem a cultura – e que falta à natureza – para a rapidez explosiva e a direcionalidade cumulativa. Em incomensurável piscar de olhos, a mudança cultural humana transformou a superfície do planeta, como nenhum acontecimento da evolução natural poderia ter jamais conseguido. Além disso, as espécies não se amalgamam ou se juntam com outras. Elas interagem numa rica variedade de modos ecológicos, mas não podem se juntar fisicamente em uma única unidade reprodutiva. A evolução natural é um processo de constante separação e distinção, enquanto a mudança cultural recebe um poderoso reforço do amálgama e da anastomose de diferentes tradições. O impacto explosivamente útil (ou destrutivo) de tradições compartilhadas fornece à mudança cultural humana um mecanismo desconhecido no mundo bem mais lento da evolução darwiniana.

A evolução natural não abrange qualquer princípio de progresso previsível ou de movimento no sentido de maior complexidade. Já a mudança cultural é potencialmente progressiva ou autocomplexificadora, porque a herança acumula inovações favoráveis pela transmissão direta e o amálgama de tradições permite que qualquer cultura escolha e junte as invenções mais úteis de diversas sociedades separadas.

A humanidade interage com o meio no empenho de efetivar suas potencialidades. Por isso, na base da reflexão sobre o desenvolvimento existe implicitamente uma teoria geral do homem, uma antropologia filosófica. A insuficiência dessa teoria permite entender o freqüente deslizamento para o reducionismo econômico e sociológico. Todavia, o tema central do estudo do desenvolvimento é a criatividade cultural e a morfogênese social, assuntos que permanecem praticamente intocados.

> *Por que uma sociedade apresenta em determinado período de sua história uma grande capacidade criadora é algo que nos escapa. Menos sabemos ainda por que a criatividade se orienta nesta ou naquela direção* (FURTADO, 2000, p. 7).

Desvalorização da idéia de progresso

A segunda parte da coletânea de Rahnema, intitulada "O paradigma do desenvolvimento", reuniu pesada artilharia contra a idéia de progresso. O primeiro texto, escrito especialmente para esse livro pelo professor Teodor Shanin, já anuncia, a contragosto, uma das principais dificuldades dos que decidem rejeitar a retórica do progresso: a falta de uma alternativa que evite a inconseqüência. Em seguida, com base no "método" de Foucault, o texto de Arturo Escobar resvala em concepção conspirativa da história ao pro-

curar mostrar que as políticas de desenvolvimento se tornam mecanismos de controle tão efetivos e abrangentes quanto seus equivalentes coloniais. Segue-se um ensaio e uma longa entrevista com Ivan Illich, dos quais só se pode concluir que ele deve ter sido o verdadeiro "guru" do pós-desenvolvimento. No fechamento dessa segunda parte, o próprio Rahnema faz uso de recurso metafórico para identificar o desenvolvimento a uma outra variedade de AIDS.

Para os membros da ROCADe, o desenvolvimento foi a continuação do colonialismo por outros meios. A atual mundialização, por sua vez, não passa da continuação do desenvolvimento por outros meios. Por isso, proclamam a necessidade de distinguir o desenvolvimento como mito e como realidade histórica.

Para eles, o desenvolvimento realmente existente é um empreendimento que visa transformar em mercadorias as relações dos homens entre eles e com a natureza. Trata-se de explorar e obter lucros dos recursos naturais e humanos. Empreendimento que agride a natureza e os povos, tanto quanto a colonização e a mundialização, o desenvolvimento é obra simultaneamente econômica e militar de dominação e conquista. Esse é o desenvolvimento real, que domina o planeta há três séculos e que engendra a maioria dos atuais problemas sociais e ambientais: exclusão, superpopulação, pobreza, poluições diversas, etc.

Já o conceito mítico de desenvolvimento é vítima de um dilema, dizem os adeptos do pós-desenvolvimento. Por um lado, poderia designar tudo e seu contrário, particularmente o conjunto das experiências de dinâmica cultural da história da humanidade, da China dos Han ao Império Inca. Neste caso, segundo eles, não designa nada de particular, nem tem qualquer significado útil para promover uma política, sendo melhor descartá-lo. Por outro lado, tem um conteúdo próprio, que necessariamente designa tudo o que caracteriza a aventura ocidental da decolagem da economia da forma ocorrida desde a revolução industrial inglesa dos anos 1750-1800. Aqui, seja qual for o adjetivo que lhe seja aposto, o conteúdo implícito ou explícito do desenvolvimento é o crescimento econômico, a acumulação de capital com todos os seus conhecidos efeitos positivos e negativos. Esse núcleo duro está indissoluvelmente ligado a relações sociais bem particulares, que são aquelas do modo de produção capitalista.

Os antagonismos sociais são largamente ocultos pela força de "valores" mais ou menos partilhados por todos: o progresso, o universalismo, a domação da natureza, a racionalidade quantificável. Tais valores, sobre os quais está alicerçado o progresso, estão longe de corresponder a aspirações universais profundas; mas estão ligados à história do Ocidente e têm pouco eco em outras sociedades. Fora dos mitos que a fundamentam, dizem eles, a idéia de desenvolvimento é totalmente vazia de sentido. Hoje, esses valores ocidentais são exatamente aqueles que precisam ser contrariados para que sejam encontradas soluções aos problemas do mundo contemporâneo e se evitem as catástrofes anunciadas pela economia mundial. Em poucas palavras: "pós-desenvolvimento" é, a uma só vez, pós-capitalismo e pós-modernidade. As novas roupagens do desenvolvimento, "humano" ou "sustentável", não passariam de manobras fraudulentas.

Definições e Conceitos

A quem pedir uma definição de "pós-desenvolvimento", os adeptos da corrente responderão que ela ainda não existe por que se quer radicalmente diferente de tudo o que se conheceu até o presente. Evocam, então, a afirmação de Albert Einstein segundo a qual não se pode resolver um problema com as maneiras de pensar que o engendraram. Uma definição só será possível depois que a "era do desenvolvimento" tiver sido ultrapassada.

Esse período começou, segundo eles, em 24 de junho de 1949, com a mensagem que o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, enviou ao Congresso com o *Point Four Programme*. Na introdução do *Dicionário do Desenvolvimento*, Wolfgang Sachs (2000) diz que o colapso dos poderes coloniais europeus forneceu aos Estados Unidos a oportunidade de dar dimensões globais à missão que lhes havia sido legada por seus fundadores: ser "a luz no cimo do monte". Lançaram o conceito de desenvolvimento com um apelo para que todas as nações seguissem seus passos.

Durante meio século, a política de boa vizinhança no planeta foi formulada à luz do "desenvolvimento". Mas, agora, esse farol apresenta fissuras sérias e começa a desmoronar.

> *O conceito de desenvolvimento é como uma ruína na paisagem intelectual. Ilusões e reveses, fracassos e crimes foram assíduos companheiros e todos eles relatam uma mesma estória: o desenvolvimento não deu certo* [...] *ficou defasado* [...] *tornou-se obsoleto* (SACHS, W. 2000, p. 11).

Esta talvez seja a questão mais importante para que se entenda a maneira de pensar dos adeptos do "pós-desenvolvimento". Eles não aceitam que as sociedades humanas estejam se desenvolvendo há milênios, pelo menos desde a revolução neolítica, que teve muito mais importância e impacto que a revolução industrial. Acham que o fenômeno só começou com o chamado crescimento econômico moderno e que sua ideologia só teria surgido, com muito atraso, depois da II Guerra Mundial.

Como óbvia decorrência, o *Manifesto* da ROCADe diz que no centro da análise desse movimento está a contestação radical da noção de desenvolvimento que, apesar de algumas mudanças formais, permanece como ponto de ruptura decisivo no interior do movimento de crítica do capitalismo e da mundialização. Há, de um lado, os que militam por um problemático "outro" desenvolvimento (ou uma não menos problemática "outra" mundialização), e outros, como os adeptos da ROCADe, que querem sair simultaneamente do desenvolvimento e do "*économisme*".[7] A corrente pretende proceder a uma verdadeira "desconstrução" do pensamento econômico, começando por colocar em xeque as noções de crescimento, pobreza, necessidades, ajuda, etc.

Ao colocar radicalmente em questão o conceito de desenvolvimento, as pessoas e associações participantes da rede pretendem realizar uma subversão cognitiva da qual dependeriam as necessárias mudanças políticas, sociais e culturais, as quais deveriam construir uma sociedade alternativa à de mercado. Uma sociedade em que valores econômicos cessariam de ser centrais (ou únicos). Em vez de expansão da produção e do consumo, trata-se, para os adeptos dessa corrente, de colocar outras significações e outras razões de ser no centro da vida humana.

As principais palavras de ordem da rede são, portanto, "resistência e dissidência", para que possam ser construídas "sociedades convivais". Convival, segundo Ivan Illich, é a relação em que os meios servem ao ser humano e aos grupos sociais, e não o contrário, como ocorre na sociedade industrial. Nesse sentido, sociedades convivais se opõem não somente à sociedade industrial como à financeira e midiática do século XXI. Por isso, a corrente considera que não deve haver qualquer tipo de cumplicidade ou colaboração com o empreendimento de mutilação cerebral e de destruição que constitui a ideologia desenvolvimentista.

Retração

Segundo os membros da ROCADe, a retração das economias deve ser organizada não apenas para preservar o meio ambiente, mas também para restaurar um mínimo de justiça social, sem a qual o planeta estará condenado à explosão. Assim, sobrevivência e sobrevida sociais estão estreitamente ligadas à sobrevivência e sobrevida biológicas. Os limites do patrimônio natural não colocam apenas um problema de justiça entre gerações na partilha das partes disponíveis, mas de repartição justa entre os membros atualmente vivos da humanidade.

No entanto, retração, isto é, o decréscimo do produto, não significa imobilismo conservador. Quase todas as sabedorias consideravam que a felicidade se realizava na satisfação de um número judiciosamente limitado de necessidades. A evolução e o crescimento lento das sociedades antigas se integravam numa reprodução alargada bem temperada, mais ou menos adaptadas às circunstâncias naturais. Organizar a retração significa, portanto, renunciar ao imaginário econômico, à crença de que mais é igual a melhor.

Além disso, retração não significa para eles crescimento negativo. É óbvio que uma simples redução do crescimento empurraria as sociedades atuais para o desespero em razão do desemprego e do abandono de programas sociais, culturais e ambientais que garantem um mínimo de qualidade de vida. É também

fácil imaginar a catástrofe que seria uma taxa negativa de crescimento.

Assim como não há nada pior do que uma sociedade trabalhista sem trabalho, também não há nada pior que uma sociedade de crescimento sem crescimento. A retração só pode ser vislumbrada, segundo eles, com uma organização na qual o lazer seja valorizado no lugar do trabalho, as relações sociais subordinem a produção e o consumo de coisas descartáveis, inúteis e até nocivas. Uma redução feroz do tempo de trabalho imposta para assegurar emprego satisfatório a todos é, pois, condição *sine qua non*.

Países do Sul

Tudo isso pode ser sintetizado no programa dos seis "R" proposto ao Fórum das ONGs realizado no Rio de Janeiro: Reavaliar, Reestruturar, Redistribuir, Reduzir, Reutilizar e Reciclar. Esses seis objetivos interdependentes geram o círculo virtuoso do decréscimo convival e sustentável.

Mas, no que diz respeito especificamente aos países do Sul, trata-se menos de decrescer (ou de crescer) do que de retomar o fio de sua história rompido pela colonização, o imperialismo e o neo-imperialismo militar, político, econômico e cultural. O resgate de sua identidade é requisito prévio às soluções apropriadas para seus problemas. Todavia, em nenhum caso, a contestação do desenvolvimento deve aparecer como empreendimento paternalista ou universalista que o assimilaria a uma nova forma de colonização (ecológica, humanitária, etc.). Esse risco é sério, pois os ex-colonizados interiorizaram os valores do colonizador.

Mesmo que suas raízes sejam mais profundas, o imaginário econômico e, particularmente, o desenvolvimentista, é, sem dúvida, ainda mais forte no Sul que no Norte. As vítimas do desenvolvimento tendem a encontrar o remédio ao seu sofrimento no agravamento do mal. Acham que o único meio de acabar com a pobreza é o econômico, enquanto é justamente ele que a engendra. O desenvolvimento e a economia constituem problema, não solução. A pretensão e o desejo do contrário é parte do problema.

Em suma, segundo seu *Manifesto*, os objetivos da ROCADe podem ser bem resumidos em quatro pontos:

- conceber e promover resistência e dissidência à sociedade de crescimento e de desenvolvimento econômico;
- reforçar a coerência teórica e prática das iniciativas alternativas;
- fazer nascer verdadeiras sociedades autônomas e convivais;
- lutar pela descolonização do imaginário economicista dominante.

Avaliação Crítica

Depois de fazer tão circunstanciada apresentação da corrente do "pós-desenvolvimento" e de seu atual ideário, é necessário dizer, em poucas palavras, quais são as principais restrições que não podem deixar de ser feitas por adeptos do projeto de um futuro "neo-desenvolvimentismo", por mais heterogeneidade que possa haver entre eles. Para tanto, nada melhor do que evocar aquele que certamente seria um de seus principais patronos, Celso Furtado.

Aquilo que pode haver de positivo nas idéias dos adeptos do "pós-desenvolvimento" foi formulado há mais de 30 anos por Furtado no livro *O mito do desenvolvimento econômico* (FURTADO, 2005). Para lembrar de seu conteúdo, basta que se reproduza aqui uma curta passagem:

> *Cabe, portanto, afirmar que a idéia de desenvolvimento* econômico *é um simples mito. Graças a ela, tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos, como são os investimentos, as exportações e o crescimento* (FURTADO, 2005, p. 89-90, grifo meu).

A questão que se coloca, então, é a de saber por que esse grande pensador continuou perseverando na formulação teórica do desenvolvimento, em vez de mergulhar nessas águas turvas de imediato combate ao crescimento econômico ou de uma recusa quase

pueril do capitalismo, da globalização e do progresso em geral. Uma resposta bem concisa ele mesmo deu na apresentação à *Pequena Introdução ao Desenvolvimento* (FURTADO, 1980), escrita para a reedição de 2000 que leva o título de *Introdução ao desenvolvimento*: enfoque histórico-estrutural:

> *Como o desenvolvimento traduz a realização das potencialidades humanas, é natural que se empreste à idéia um sentido positivo. As sociedades são consideradas desenvolvidas à medida que nelas o homem logra satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações. O estudo do desenvolvimento tem, portanto, como tema central a criatividade cultural e a morfogênese social, temática que permanece praticamente intocada* (FURTADO, 2005, p. 7).

Os mitos têm exercido inegável influência sobre a mente dos homens empenhados em compreender a realidade social. Os cientistas sociais têm sempre buscado apoio em algum postulado enraizado num sistema de valores que raramente chegam a explicitar. O mito congrega uma série de hipóteses que não podem ser testadas. Contudo, essa não é uma dificuldade maior, pois o trabalho analítico se realiza em nível muito mais próximo da realidade. A função principal do mito é orientar, em um plano intuitivo, a construção daquilo que o grande economista Joseph Alois Schumpeter (1883-1950) chamou de "visão" do processo social, sem a qual o trabalho analítico não teria qualquer sentido. Uma visão pré-analítica. Assim, os mitos operam como faróis que iluminam o campo de percepção do cientista social, permitindo-lhe ter uma visão clara de certos problemas e nada ver de outros, ao mesmo tempo em que lhe proporciona conforto intelectual, pois as discriminações valorativas que realiza surgem ao seu espírito como um reflexo da realidade objetiva.

Sempre segundo Furtado, a literatura sobre o desenvolvimento econômico nos dá um exemplo meridiano desse papel diretor dos mitos nas ciências sociais: pelo menos 90% de seu conteúdo se funda na idéia, que se dá por evidente, segundo a qual pode ser universalizado o desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial. Os padrões de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados, poderão ser acessíveis às grandes massas de população em rápida expansão que formam a periferia. Essa idéia constitui, seguramente, um prolongamento do mito do "progresso", elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, na qual se criou a atual sociedade industrial.

O mais importante é que a idéia de desenvolvimento está no cerne da visão de mundo que prevalece em nossa época. Nela se baseia o processo de invenção cultural que permite ver o homem como agente transformador do mundo, disse Furtado um quarto de século depois, na já citada apresentação à *Introdução ao Desenvolvimento*.

A humanidade interage com o meio no empenho de efetivar suas potencialidades. Por isso, na base da reflexão sobre esse tema, existe implicitamente uma teoria geral do homem, uma antropologia filosófica. É a insuficiência dessa teoria que permite entender o freqüente deslizamento para o reducionismo econômico e sociológico. Todavia, o tema central do estudo do desenvolvimento é a criatividade cultural e a morfogênese social, assuntos que permanecem praticamente intocados.

Por que uma sociedade apresenta, em determinado período de sua história, uma grande capacidade criadora é algo que nos escapa, salienta Furtado (2000, p. 7-8). Muito menos se sabe por que a criatividade se orienta nesta ou naquela direção. Não se conhece a razão pela qual, neste ou naquele momento de sua história, uma sociedade favorece a criação de técnicas e não de valores substantivos. Menos conhecidos ainda são os determinantes que orientam a criatividade de valores substantivos para o plano estético, religioso, político ou do saber puro. O gênio inventivo do homem foi canalizado nos últimos 200 anos para a criação técnica, o que explica sua extraordinária capacidade expansiva.

> *A esse quadro histórico deve-se atribuir o fato de que a teoria do desenvolvimento em nossa época se haja circunscrito à lógica dos meios, tendendo a confundir-se com a explicação do sistema produtivo que emergiu com a civilização industrial* (FURTADO, 2000, p. 8).

Só pode evidenciar imenso contraste qualquer comparação entre essas idéias de Celso Furtado e aquilo que está sendo chamado no Brasil de "novo-desenvolvimentismo". Pelo menos na excelente coletânea com esse título organizada por João Sicsú et al. (2005), não se encontra o menor rastro das rupturas cognitivas que geraram as noções de "desenvolvimento humano" e "desenvolvimento sustentável", para nem falar do debate com os adeptos do "pós-desenvolvimento". Usando as palavras de Furtado, esse "novo-desenvolvimentismo" é apenas mais um dos freqüentes deslizamentos para o reducionismo econômico.

Notas

1. A primeira reunião internacional dos pós-desenvolvimentistas foi realizada em 1991, em Genebra, por iniciativa conjunta do Instituto de Estudos sobre o Desenvolvimento e a Fundação Eckenstein, com relatório intitulado *Le Nord perdu*: repères pour l'après-développement (RIST et al., 1992).

2. Ver *Réseau des Objecteurs de Croissance pour l'Après-Développement* (ROCADe), em <http://www.apres-developpement.org>.

3. Como crítico do Banco Mundial, Mahbub ul Haq havia sido membro do Fórum Terceiro Mundo, e contribuído para três célebres relatórios: "Brandt", "Sul" e da Fundação Hammarskjöld. Além de Amartya Sen, ele convocou para ajudá-lo a construir o novo índice: Paul Streeten, Frances Stewart, Meghnad Desai, Gustav Ranis, Keith Griffin, Aziz Khan, Shlomo Angel, Pietro Garau e Mashesh Patel.

4. Há pelo menos um outro importante autor, Richard B. Norgaard, que não aparece entre os componentes dessa corrente, embora tenha publicado, em 1994, livro com idêntico conteúdo.

5. Lista baseada na coletânea organizada por Rahnema (1997) e na seção "Precursores" do *site* da ROCADe, visitado em fevereiro de 2006.

6. "Sahlins reverses conventional wisdom and proposes that evolution has been downhill in terms of human welfare." (RAHNEMA; BAWTREE, 1997, p. 3).

7. Expressão pejorativa que poderia ser traduzida ao pé da letra por "economicismo", já que "economismo" seria um neologismo para a ciência ou para o sistema dos economistas. Não deixa de ser sintomático que nenhum dos dois termos apareça no *Dicionário de Economia do Século XXI*, de Paulo Sandroni (2005).

Referências Bibliográficas

ARNDT, H.W. *Economic development*: the history of an idea. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

BRUNDTLAND, G.H. (Org.). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

DIAMOND, J. *Colapso*: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. Rio de Janeiro: Record, 2005.

ESCOBAR, A. *Encountering development*: the making and unmaking of the Third World. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. (Coleção Leitura).

_____. *Introdução ao desenvolvimento*: enfoque histórico-estrutural. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. *O capitalismo global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. *Os ares de mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril, 1983. (Coleção Os Economistas).

_____. *Pequena introdução ao desenvolvimento:* enfoque interdisciplinar. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional, 1980.

_____. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

GEORGE, S. *O relatório Lugano*. São Paulo: Boitempo, 2002.

LATOUCHE, S. Vers la décroissance: Ecofascisme ou écodémocratie. *Le Monde Diplomatique*, ano 52, n. 620, p. 26-27, nov. 2005.

_____. *A ocidentalização do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

NISBET, R.A. *História da idéia de progresso*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília,1985.

NORGAARD, R.B. *Development betrayed*: the end of progress and a coevolutionary revisioning of the future. London: Routledge, 1994.

RAHNEMA, M.; BAWTREE V. (Ed.). *The post-development reader*. London: Zed Books, 1997.

RIST, G. *The history of development*: from western origins to global faith. London: Zed Books, 1997.

RIST, G.; RAHNEMA, M.; ESTEVA, G. *Le Nord perdu*: pepères pour l'après-développement. Lausanne: Editions d'En Bas, 1992.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. *Understanding development*: people, markets and the state in mixed economies. Oxford: Oxford University Press, 2000.

SACHS, W. *Dicionário do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Planet dialectics*: explorations in environment & development. London: Zed Books, 1999.

SANDRONI, P. *Dicionário de economia do século XXI*. Ed. rev. e atualizada do *Novíssimo Dicionário de Economia*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SEN, A.K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SICSÚ, J.; PAULA, L.F.; MICHEL, R. (Org.). *Novo-desenvolvimentismo*: um projeto nacional de crescimento com eqüidade social. Barueri/Rio de Janeiro: Manole/Fundação Konrad Adenauer, 2005.

José Eli da Veiga
Professor Titular da USP, Departamento de Economia e Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental.
(www.econ.fea.usp.br)

Artigo recebido em 16 de março de 2006.
Artigo aprovado em 11 de maio de 2006.

Como citar o artigo:
VEIGA, J. E. Neodesenvolvimentismo: quinze anos de gestação. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 3, p. 83-94, jul./set. 2006. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>; <www.scielo.br>.